

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
PATRÍCIA SACCON MACHADO

**INTERVENÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DERLY BORGES DE
CARVALHO BOM JARDIM DA SERRA – SC**

LAGES

2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
PATRÍCIA SACCON MACHADO

**INTERVENÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DERLY BORGES DE
CARVALHO BOM JARDIM DA SERRA – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
Apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo pelo Centro
Universitário - UNIFACVEST.

Orientadora: Arq. Ma. Tais Trevisan.
Co-orientador: Arq. Me. Fernando dos
Santos Calvetti

LAGES

2017

PATRÍCIA SACCON MACHADO

**INTERVENÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DERLY BORGES DE
CARVALHO BOM JARDIM DA SERRA – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
Apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo pelo Centro
Universitário - UNIFACVEST.

Eng. Caetano Palma, Professor Convidado.

Arq. Me. Fernando dos Santos Calvetti, Professor do Curso de Arquitetura e
Urbanismo.

Arq. Ma. Tais Trevisan, Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Lages, SC, julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

A toda minha família, em especial meu pai Aderbal, minha mãe Rosely Maria e minha irmã Rosiana por estarem sempre ao meu lado incentivando e apoiado em qualquer decisão, ensinarem também o valor da educação.

A meu professor orientador e Fernando dos Santos Calvetti, pela paciência e ajuda com meu trabalho e formação acadêmica.

A todos os professores, professoras que fizeram parte também deste trabalho.

Ao Centro Universitário Unifacvest, pela oportunidade de formação à qual pude aproveitar plenamente.

Às colegas que se tornaram amigos que irei levar pra vida, que de alguma forma me influenciaram e estiveram sempre ao meu lado em busca dos meus objetivos.

INTERVENÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DERLY BORGES DE CARVALHO BOM JARDIM DA SERRA – SC

Acadêmico (a) Patrícia Saccon Machado¹

Tais Trevisan²

Fernando dos Santos Calvetti³

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise crítica da situação habitacional da população do bairro COHAB no município de Bom Jardim da Serra/SC como ponto de partida para um posterior projeto de intervenção urbana na área. A partir de pesquisa bibliográfica se define o conceito de Intervenção que se considera adequado à situação do local. Discute-se pesquisas, publicações e projetos pertinentes ao assunto afim de formar uma base teórico-metodológica para o lançamento do partido e posterior decisões de projeto. O lançamento define diretrizes nas escalas urbana, paisagística e arquitetônica, dando ênfase a usos residencial, comercial, de serviços e áreas públicas.

Palavras-chave: Conjunto Habitacional, Intervenção, Projeto

¹ Acadêmico da 9ª fase do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFACVEST.
E-mail: paty_s_machado@hotmail.com

² Professor de _____ Do Centro Universitário UNIFACVEST

³ Arquiteto e urbanista mestre em Planejamento Urbano e Regional, professor do Centro Universitário Unifacvest.

LISTA DE FIGURAS

01	Passeio Via Local	09
02	Esgoto Aparente	10
03	Falta de Calçadas	11
04	Bueiro Aparente	12
05	Problemas no Escoamento	13
06	Vias sem Calçamentos	14
07	Buracos nas Vias	15
08	Estrada de Terra	16
09	Lixo nas Vias	17
10	Habitação de Interesse Social Sustentável	24
11	Organograma da Política Nacional de Habitação	25
12	Quinta Monroy Housing	32
13	Habitação de Interesse Social - Cambuci, SP.	33
14	Boulevard PAULO ZIMMER	34
15	Proposta de Revitalização Intervenção urbana na Lagoa do Vigário	37
16	Proposta de um Parque Urbano em Quissamã.	37
17	Bom Jardim da Serra	40
18	Localização Brasil	41
19	Localização Santa Catarina	42
20	Localização do município de Bom Jardim da Serra	42
21	Divisas do município de Bom Jardim da Serra	44
22	Vista de cima da cidade de Bom Jardim da Serra	45
23	Mapa Localização	46
24	Serra do Rio do Rastro	48

25	Vista de cima da COHAB	50
26	Dados do Mapa	51
27	Mapa Original	52
28	Mapa Atualizado/ Situação Atual	54
29	Distinção de Casas Existentes	56
30	Ausência de calçadas e pavimentação nas vias	57
31	Casa com anexo	57
32	Mapa de Usos	58
33	Mapa Zoneamento	61
34	Organograma	62
38	Projeto/Proposta	64
36	Corte AA 1	65
37	Corte AA 2	66
38	Corte BB	67

LISTA DE GRÁFICOS

01	Participação relativa da população residente situação do domicílio	47
02	Participação relativa da população residente por sexo	47

LISTA DE TABELAS

01	Índice do Município de Bom Jardim da Serra – 2016 IDMS	48
----	--	----

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COHAB	Conjunto Habitacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano IU – Intervenção Urbana
IDMS	Indicador de Desenvolvimento Municipal Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNH	Política Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Problema	11
1.2	Objetivo	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivo Específico	20
1.3	Justificativa	21
1.4	Estrutura	21
2	REFERENCIAIS TEÓRICOS	22
2.1	Habitações Sociais	22
2.2	Política de Habitação	26
2.3	Intervenção Urbana	29
2.4	Estudo de Caso	33
2.5	Paisagem Natural	38
3	ÁREA DE INTERVENÇÃO	40
3.1	Histórico	40
3.2	Caracterização do município de Bom Jardim da Serra	42
3.3	Conjunto Habitacional Derly Borges de Carvalho	49
3.3.1	Dados Legais	49
3.4	Mapa de Uso	57
4	PARTIDO GERAL	59
4.1	Programa de Necessidades	59
4.2	Zoneamento	60
4.2.1	Organograma/Fluxograma	62
4.3	Projeto/Proposta	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

O presente texto faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unifacvest. A monografia discute de forma breve políticas de intervenção urbana e residencial e de habitações populares como base para o assunto a ser trabalhado em forma de projeto.

A transformação do espaço urbano ao longo da história brasileira apresentou novas necessidades, por abrigarem uma população cada vez maior e mais heterogênea (RIBEIRO, 2006). As novas necessidades diante do espaço urbano expressaram por parte da sociedade questionamentos quanto à condução da política da habitação, com desafios de ordem conjuntural para a gestão pública frente a este política.

A Política de Habitação no Brasil é marcada por mudanças no modelo e concepções de intervenção frente à modalidade de gestão adotada ao longo da história brasileira. Na busca de um aprofundamento histórico destas questões, o I Capítulo deste estudo abordará a trajetória destas políticas e as modalidades de gestão adotada ao longo de sua constituição. Apresenta-se uma realidade de classes sociais antagônicas, regulações, interesses particulares, além da opressão da classe trabalhadora, primeira com trato sanitaria diante dos cortiços e posteriormente com total repressão às favelas no período da ditadura militar. (ROSANGELA 2009).

Será discutido no texto também as possibilidades abertas através de intervenções artísticas na cidade. Intervenção Urbana – IU - é um termo utilizado muitas vezes para designar os movimentos artísticos relacionados às intervenções visuais realizadas em espaços públicos, modificação de paisagens e a particularização de lugares. É a modificação visual de espaços urbanos. Essas intervenções podem ter vários portes, desde trabalhos simples, com adesivos e colagem, pintura de paredes, até grandes projetos, com estruturas e instalações artísticas. A dimensão temporal, na IU, apresenta uma verdadeira inconstância. Pode ter alguns segundos, minutos até a duração de anos, como um trabalho artístico permanente. Isso quer dizer que o tempo depende do material utilizado e o próprio objetivo dos interventores em determinado trabalho. (GOMBRICH, E. H. 1999).

A partir destes levantamentos, se define o tipo de trabalho que se realizará no local escolhido para o projeto. O trabalho em escala urbana faz necessária uma abordagem também sociológica do espaço, entendendo que o urbanismo é um estudo parte da sociologia aplicada. Dessa forma, abrem-se possibilidades de experimentações e conexões teórico-práticas com autores pouco utilizados dentro do campo da arquitetura.

1.1 | PROBLEMA

O projeto é pensado no bairro COHAB (Conjunto Habitacional Derly Borges de Carvalho), que está localizado no acesso do centro urbano de Bom Jardim da Serra, Santa Catarina. Optou-se por essa localização pela familiaridade com a área, além da facilidade de acesso a dados e pelo reconhecimento da necessidade de se (re)pensar o espaço público buscando maior qualidade de vida à população residente.

Reconhece-se que a cidade – de viés turístico e parte da Região Metropolitana, mas sem Plano Diretor – se expande de forma desordenada, e a área de intervenção historicamente não recebe investimentos em nível de desenho urbano e sofre uma contínua desvalorização. Configura-se na área mais segregada da cidade, onde a população socioeconomicamente mais vulnerável acaba por morar.

Dentre os problemas sociais urbanos do Bairro COHAB merece destaque a falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado. Nesse caso específico, as áreas de moradia e infraestrutura são inadequadas, seja pela localização em Áreas de Preservação, seja pelas próprias condições da construção, entendendo que as residências precisariam ser remanejadas ou reconstruídas.



Figuras 01: Passeio em Via Local

Foto: Arquivo Pessoal

O espaço revela em suas paisagens os problemas que surgem muitas vezes como consequência de tentativas da população em ocupar espaços. A ausência de mobilidade urbana, a dificuldade de locomoção entre os diferentes espaços de uma mesma área também são consequência da falta de planejamento. A carência em

infraestrutura urbana reflete-se na organização espacial e na qualidade de vida dos usuários que é carente em relação ao restante da cidade (de acordo com o IBGE).



Figura 02 - ESGOTOS APARENTE

Fonte: Autora



Figura 03 - FALTA DE CALÇADAS

FONTE: Autora



Figura 04 - BUEIROS APARENTES

FONTE: Autora



Figura 05 - PROBLEMAS DE ESCOAMENTO

Fotos: Autora



Figura 06 - VIAS SEM CALÇAMENTO

FONTE: Autora



Figura 07 - BURACOS DA VIA

FONTE: Autora



Figura 08 - ESTRADA DE TERRA

FONTE: Autora



Figura 09 - LIXO NAS VIAS

FONTE: Autora

Dessa forma define-se o problema do projeto. A falta de planejamento e investimentos para a área se reflete na vida das pessoas que ali vivem. O projeto, do qual esse texto faz parte visa ajudar a pensar em tais carências e em formas de supri-las.

1.2 | OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Garantir uma maior qualidade de vida para a população através do projeto em escalas urbana, paisagística e arquitetônica

1.2.2 Objetivos Específicos

- A) Em nível de desenho urbano, estudo das conexões e fluxos existentes, propostas de zoneamentos de uso.*
- B) Em nível de desenho paisagístico, Intervenções na paisagem a partir de anteprojetos para o tratamento de afluentes e resíduos, e projeto de paisagismo.*
- C) Em nível de desenho arquitetônico: Busca por uma unicidade arquitetônica através de uma tipologia de rápida construção e fácil manutenção.*

1.3 | JUSTIFICATIVA

Entende-se que o planejamento do espaço e sua adequação às necessidades dos usuários são indispensáveis à melhoria da qualidade de vida de qualquer comunidade, especialmente as que se encontram em situação socioeconômica vulnerável. Diante do exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso busca utilizar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo da formação acadêmica para discutir os problemas das cidades brasileiras, na forma de um projeto pensado a partir da escala urbana.

1.4 | ESTRUTURA

O trabalho conta com 06 capítulos. O segundo capítulo discute o Referencial Teórico da pesquisa. O terceiro capítulo conta com uma breve análise da Área de Intervenção, onde vão ser abordadas as partes históricas e características locais. No quarto capítulo se configura no lançamento do Partido Geral proposto. O quinto capítulo expõe as considerações finais obtidas a partir de trabalho até o momento desenvolvido e se encerra com o capítulo das referências bibliográficas.

O presente capítulo discute as teorias utilizadas até o momento no trabalho. Busca-se dividi-las em categorias para o seu melhor entendimento.

2.1 | HABITAÇÕES SOCIAIS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) estabeleceu que a moradia adequada fosse um direito humano universal e essencial da vida das pessoas. Desde então vários tratados internacionais reafirmaram que os Estados têm a obrigação de promover esse direito.

É importante destacar que a habitação de interesse social não é simplesmente pensada como um local de moradia. A habitação deve atender aos princípios básicos de segurança, habitabilidade, infraestrutura (energia, água tratada, acesso a transporte), saúde, educação, alimentação e, se possível, dar uma base ao morador para seu próprio sustento, como a criação de comércio local ou de oficinas para o aprendizado de novos meios de se sustentarem.

Habitação social ou habitação de interesse social (HIS) é um tipo de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário. Empreendimentos habitacionais de interesse social são geralmente de iniciativa pública e têm, como objetivo, reduzir o déficit da oferta de imóveis residenciais de baixo custo dotados de infraestrutura (redes de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e energia elétrica) e acessibilidade. Alguns empreendimentos também visam à realocação de moradias irregulares ou construídas em áreas de risco. (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS).

O Programa Habitação de Interesse Social, por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos em localidades urbanas e rurais. (CAIXA - Habitação de Interesse Social).

A valorização do espaço e os reflexos em uma organização social, presente na atuação pública e privada na produção da cidade, visa o assunto fazendo inicialmente uma reflexão de que com o tempo vem se agravando a problemática habitacional em nosso país e como o capital privado veio consolidar mais tarde essa questão percebendo como o preço do solo varia conforme a sua localização e, como surge a

especulação, principalmente as áreas centrais e os locais que dispõem de banalidades naturais.

Percebemos que a Problemática Habitacional torna-se conivente quanto à questão habitacional e social, no entanto quando analisamos a falta de locais adequados para a moradia dos segmentos sociais de menor renda, vemos que essa problemática se intensifica com o agravamento das políticas habitacionais no Brasil, pois através delas surgem novos agentes de modelação no espaço, o loteamento ilegal, a favela e o cortiço são significativos exemplos daqueles que compõem o setor inadequado da habitação.

Assim as pessoas de baixa renda acabaram procurando os loteamentos clandestinos, o que fez gerar as chamadas periferias urbanas, muitas vezes plenas de moradias precárias e sem infraestrutura (MARICATO, 1998).

Os menos favorecidos com baixa renda, são impossibilitados de buscarem um espaço que atendam as suas necessidades devido a sua pouca diversidade em acesso a renda, acabaram por buscar outras formas de moradia. Corrêa aborda a questão da busca pelo morar por segmentos de baixa renda.

“É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados ocupados, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo o seu próprio espaço”. Corrêa (2003, p.30)

A questão abordada, onde a busca de moradia pelos menos favorecidos com baixa renda, afirmamos a ideia de que a resistência e sobrevivência desses grupos excluídos traduzem-se em apropriações de terrenos usualmente inadequados, para os outros agentes da produção do espaço, como encostas íngremes e áreas alagadiças. Entretanto podemos entender que quando o Estado afirma a discriminação sócio espacial, atuando como agente na valorização de áreas, como Bernadelli (2001) e Calixto (2001) retratam projetos de revitalização de áreas que acabaram por “forçar”, a população a retirar-se dos lugares onde residiam devido ao aumento do IPTU, tendo com isso, que migrar para áreas mais longínquas. O resultado dessas medidas foram as de que a população carente não pode usufruir das melhorias feitas em seu local de morada, pois elas tiveram que dar espaço a pessoas mais privilegiadas, para se beneficiarem da área. Silva (1995) cita tal situação, quando refere que a população que não possui renda, fica excluída de beneficiar-se dos empreendimentos privados e

públicos. Esta parcela da população é obrigada a morar em áreas irregulares, pois *“as melhores localizações são disputadas por aqueles que podem pagar pelo direito de uso, e o afastamento daqueles que não podem entrar no âmbito dessa disputa”*. (Calixto, 2001, p.153)

Afirmando esses aspectos, vê-se assim que o espaço de novos empreendimentos de caráter mais valorizado acaba se transformando em uma seleção dos habitantes no espaço, distinguindo quem deve e quem não deve morar em um determinado local. Visto que fatores como especulação e aumento no preço do solo em determinados locais acabam por refletir em expropriações, muitas vezes deslocando a antiga população residente para locais de baixa infraestrutura ou mesmo áreas irregulares. Sendo assim, boa parte da população acaba sendo realocada por não dispor de condições econômica e socialmente suficientes capazes de assegurar um lugar no mapa imobiliário da cidade. O trabalho não tem como objetivo responder a essas questões, ou apresentar soluções a esse problema reconhecidamente complexo, com raízes históricas e sociais, mas é necessário reconhecer a sua existência e as suas influências no pensamento crítico arquitetônico e urbano no cenário nacional. No próximo subcapítulo serão discutidas as políticas de habitação.

Figura 10: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL



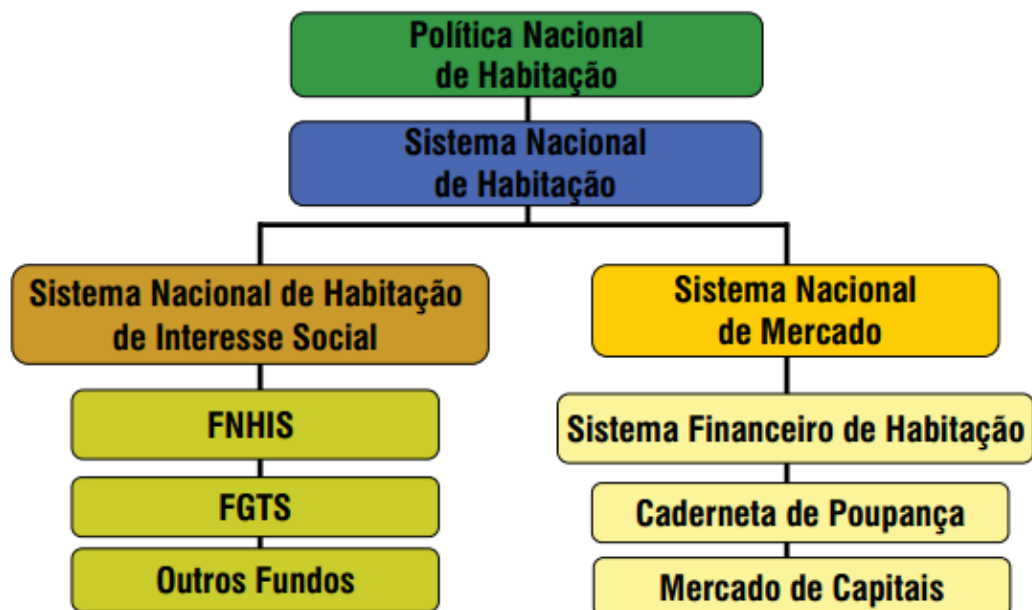
FONTE: Victor Delaqua. “Habitação de Interesse Social Sustentável / 24.7 arquitetura design” 15 Sep 2013. ArchDaily. Accessed julho 2017.

O maior desafio em buscar uma solução é demonstrar que a qualidade de uma habitação social não deve corresponder ao padrão econômico de uma determinada classe social, mas sim aos conhecimentos técnicos do atual momento histórico, quebrando a regra de que as casas e o entorno urbano popular devem ser marcado pela simplicidade, mas sim pela comodidade e bem estar. (Cortesia de 24.7 Arquitetura).

2.2 | POLÍTICA DE HABITAÇÃO

A Política de Habitações difere das políticas universais como saúde, educação, segurança alimentar e nutricional e assistência social, pois a população é destinada a grupos sociais delimitados, a exemplo da população com baixa renda atendida pelo SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

Figura 11: Organograma da Política Nacional de Habitação.



FONTE: Ministério das Cidades

Esta Política está marcada por mudanças no modelo e concepções de intervenção ao longo das décadas e também por interesses políticos e econômicos diante da realidade em que as classes sociais de baixa renda se encontram. Entende-se que a questão da moradia é uma questão social nos centros urbanos.

Percebe-se ainda a parte e o interesse público com a questão do déficit habitacional ao se analisar a falta de investimento a este direito básico. Vemos que essa problemática se intensifica com o agravamento das políticas habitacionais no Brasil, pois através delas surgem novos agentes de modelação no espaço, o loteamento ilegal, a favela e o cortiço serão significativos exemplos daqueles que compõem o setor “informal” da habitação. Assim as pessoas de baixa renda não raro acabam procurando os loteamentos clandestinos, o que fez gerar as chamadas

periferias urbanas, muitas vezes plenas de moradias precárias e sem infraestrutura (MARICATO, 1998).

Abordando a questão onde esses grupos excluídos traduzem-se em apropriações de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, como encostas íngremes e áreas alagadiças, e sem uma infraestrutura adequada, onde os menos favorecidos de baixa renda, seguem com essa ideia em busca de para ter onde residir e sobreviver.

"A política habitacional demonstra que as políticas setoriais têm servido mais aos interesses do capital imobiliário privado e a formação de redutos eleitorais ao atendimento das necessidades de moradia dos segmentos sociais de baixa, nenhuma renda ou salário". Fernandes (2001, p.176)

Exemplificando quais os verdadeiros interesses das políticas habitacionais promovida pelo governo, podemos retratar um dos pontos responsáveis para a atual demanda de moradias por parte dos segmentos de menor renda, são prejudicados a partir da falência em 1984 do BNH (Banco Nacional da Habitação), pois isso acabou por desestruturar todo um mercado criado para se tentar solucionar a problemática habitacional no país, pois esse órgão coordenava as políticas e os financiamentos para a moradia popular. Com as suas atribuições repassadas a Caixa Econômica Federal os financiamentos destinados à classe de baixa renda passam a ter longos prazos, desestimulando-os a financiar a sua casa própria. O processo descrito é enfatizado por Maricato (1988) que revela como as políticas públicas do Estado, não foram eficazes para a diminuição do déficit habitacional em nosso país, surgindo com isso diversas consequências, dentre elas podemos citar: a favela, o loteamento clandestino, a ocupação de fundos de vale, entre outros.

As ações, projetos e programas habitacionais, apresentaram uma problemática, em sua maioria são desenvolvidas de qualquer forma, apresentando incapacidade de atender as necessidades da população de baixa renda, sem contar a existência de grande volume de recursos financeiros sem capacidade institucional de gestão por parte do governo federal.

Compreendemos que a política urbana é uma política social, e que o núcleo da política urbana está relacionada ao consumo de bens e serviços coletivos, necessários tanto ao processo produtivo como à reprodução da força de trabalho e da sociedade

de classes. Convém ainda mostrar que toda esse modelo, sobre a questão urbana, processo de urbanização, desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, torna-se fundamental para refletir sobre os conceitos de políticas habitacionais, porém na prática a execução final não é dessa forma.

"Habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade" (BRASIL, 2004, p. p.12).

O documento que expõe a Política Nacional de Habitação – (PNH), descreve a concepção de desenvolvimento urbano integrado, os avanços são evidentes no que tange aos conceitos que incentivam essa política, como também a proposta de construção do Sistema Nacional de Habitação, principal instrumento do PNH.

Entretanto no Sistema Nacional de Habitação há dois componentes dessa política que merecem atenção: o Subsistema de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

"Promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda." (BRASIL, 2004, p. 58).

"Os planos, programas e projetos a serem executados, devem prioritariamente promover o acesso das famílias de baixa renda, de acordo com as especificidades regionais e perfil da demanda." (BRASIL, 2004, p. 58).

Os dois componentes têm como objetivo principal promover moradia digna e outro objetivo contido no Plano é garantir que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente para subsídios à população de baixa renda, onde se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro, como citados acima..

Uma política habitacional deve enfrentar tais problemas, buscando soluções para os problemas de segregação espacial e social a que as diferentes faixas de renda são expostas. Existe também a necessidade de ter um cuidado maior e institucional para elaboração e gestão de financiamento das políticas urbanas.

2.3 | INTERVENÇÃO URBANA

Intervenção Urbana é um termo usado para designar os movimentos às intervenções visuais realizadas em espaços públicos, modificação de paisagens, a particularização de lugares. A partir da Intervenção Urbana feita no espaço público, parte do dia-a-dia da população modifica-se e passa a ser percebido de um modo mais característico.

A Intervenção se dá origem em uma crise de representação, em um estado de desconfiança política generalizada, a sociedade tem manifestado uma necessidade crescente de contornar a maneira de pensar e fazer cidades, buscando uma forma mais descentralizada, inclusiva e representativa. Com isto, o urbanismo tem tentado formular, cada vez mais, projetos sociais, isto é, em vez de partir do geral ao particular, partir do próprio cidadão e suas demandas e necessidades. Com isto, surgem diferentes abordagens ou aproximações de como fazer um bairro, uma cidade de forma mais democrática e inclusiva, e estas abordagens andam junto com instrumentos e ferramentas vem cada vez mais sendo priorizadas. Observando as necessidades de organizações públicas, neste sentido cobra força a um meio de necessidade pela participação social, e que requer maneiras inovadoras e didáticas para facilitar, aperfeiçoar e manter seu uso. Isto é, não apenas devem incluir a maior qualidade de vida aos cidadãos, mas também devem estar inseridas de maneira simples e acessível para que o mesmo ajude a mantenha essa qualidade de vida.

A Intervenção Urbana, como forma de arte, teve sua origem na segunda metade do século XX. Esse momento riquíssimo para a história da arte abriga em sua amplitude a arte conceitual, a desempenho, a instalação, o happening, entre outras atividades artísticas como a IU, que apresentam características bem diversas, tendo convergência em algumas. O caráter inusitado dessas manifestações artísticas constitui-se numa dessas características, apresentando-se predominantemente, desde a sua origem, como um desejo de expressão individual ou coletiva, que tem como premissa máxima o uso da criatividade acerca do papel da arte nessa relação entre o sujeito e o coletivo, o livro *A Educação Pela Arte* afirma-se que “O homem como criador é uma figura solitária. Mesmo que suas criações sejam apreciadas por outros homens, ele permanece isolado. É só quando alguém o toma pela mão, não como ‘criador’ mas como camarada, amigo ou amante, que ele experimenta uma reciprocidade íntima” (HEAD, 2001, p. 318).

Ernst Gombrich (1999) famoso historiador de arte, afirmou que nada existe realmente a que se possa dar o nome de Arte. Existem somente artistas. Arte é um fenômeno cultural. Regras absolutas sobre arte não sobrevivem ao tempo, mas em

cada época, diferentes grupos (ou cada indivíduo) escolhem como devem compreender esse fenômeno. A intervenção aqui tem uma referência baseada na ideia da quebra do cotidiano, do corte na realidade com o inusitado que se oferece num dado momento, a partir da intervenção urbana.

"Cabe observar que, atualmente nas artes visuais, a linguagem da intervenção urbana precipita-se num espaço ampliado de reflexão para o pensamento contemporâneo. Importante para o livre crescimento das artes, a linguagem das intervenções instala-se como instrumento crítico e investigativo para elaboração de valores e identidades das sociedades. Aparece como uma alternativa aos circuitos oficiais, capaz de proporcionar o acesso direto e de promover um corpo-a-corpo da obra de arte com o público, independente de mercados consumidores ou de complexas e burocratizadas instituições culturais." (Wagner Barja).

Observando uma retomada dos espaços públicos como lugar de convívio, de política, de realização pública e coletiva de projetos. Essa retomada, em grande medida, é também uma resposta aos processos políticos envolvendo a esfera pública no Brasil e no mundo. A revitalização busca essa retomada dando mais vida ao local, transformando o que é esquecido em algo de utilidade pública ao meio. Portanto, além de transformar e influenciar na vida urbana e de seus cidadãos, a intervenção nos traz um questionamento fundamental: Até que ponto o "progresso" colocado pelas operações urbanas são saudáveis para a cidade? As operações de urbanas são umas ações privadas que avançam no processo de reconstrução, é importante que pessoas se envolvam nisto. Portanto, na verdade a atenção que se dá ao lugar que este meio esquecido, torna-se uma busca pelas melhorias impulsionando os cidadãos e mostrando que nada é impossível. Permitindo transformar obras em artes e orgulho das pessoas que ali viveram. Cada vez mais os cidadãos se sentem impotentes a respeito das transformações políticas que acontecem sem sua participação. Com a apresentação de novas ideias, o acesso à opinião de pessoas que moram extremamente perto umas das outras. As mudanças que afetam diretamente seu cotidiano se mostrarão mais próximas do que eles imaginam a espera que essa tomada de consciência gere melhorias diretamente proporcionais ao que o bairro procura.

É uma maneira de comunicação para a sociedade, expressão de intenções a partir da diversidade de informação inerente ao local. Intervenção propõe a reconfiguração de um determinado espaço através do realce das rotinas diárias de dito lugar. É um novo olhar do uso do espaço público, inserido na trama urbana da cidade afetado pela mobilidade presente nela. Outra característica importante do projeto é a oportunidade de transição que a maioria de seus usos apresenta, o espaço físico, se constituindo como uma plataforma de socialização e valorização espacial. A Intervenção Urbana é uma ação de grande importância porque todos os cidadãos têm a liberdade e o direito de se posicionar sobre o destino do local onde vivem. Quem mais pode dar sugestões sobre como melhorar a qualidade de vida de um bairro são seus moradores e frequentadores. Suas necessidades elucidam aquilo que só quem está vivendo de perto pode enxergar.

O bairro deve oferecer algo útil para seus moradores, sendo assim, seja para incentivar os empreendedores a fornecerem o que o bairro precisa ou impulsionar os moradores a promoverem o que eles procuram o objetivo aqui é que a Intervenção Urbana impulse diversas reações.

A urbanização, configurando um espaço, com condições dignas de moradia e convivência. É uma intervenção urbana pela reorganização do espaço ambiental pela recuperação do meio, habitacional pelo direito à moradia digna e economicamente viável de ser implantada.

Nesse contexto, segue abaixo um texto retirado Via Plataforma Urbana. Tradução Arthur Stofella, ArchDaily Brasil. Acesso em: 29 de maio, 2017.

“Temos publicado nos últimos tempos algumas iniciativas cidadãos em diversos lugares que ocasionam a melhoria dos espaços públicos das cidades. Exemplos disso são as hortas urbanas em Cuba, os murais grafitados em Montreal e as intervenções artísticas que interagem com a paisagem urbana de Saint Étienne, na França, para citar apenas algumas.

Esses exemplos são intervenções urbanas que permitem criar identificação com a cidade e também permitem que os cidadãos com interesses em comum se encontrem. Devido a seus vários benefícios, este tipo de intervenção se enquadra no urbanismo tático, definido como ações dos cidadãos que criam novos espaços públicos; temática que, inclusive, já começa a fazer parte da grade curricular de escolas e universidades de alguns países.

A Faculdade do Meio Ambiente da Universidade de Nova Gales do Sul, na Austrália, incluiu o curso Questões de Atualidade em Urbanismo, com foco nas práticas do urbanismo tático, onde se explica no que este consiste, seus resultados,

quais são seus benefícios sociais e urbanos e as cidades que, de certa forma, foram pioneiras em seu desenvolvimento, como Detroit e Sidney.

Entre os resultados, explicados pelo planejador urbano John O'Callaghan, considera-se que com o urbanismo tático é possível recuperar, em pouco tempo, certos lugares degradados das cidades sem a necessidade de grandes investimentos econômicos. Mesmo assim, essas táticas permitem que se desenvolva um sentido de comunidade e colaboração entre os vizinhos de um determinado lugar. Também fomenta um espaço de opinião onde as pessoas podem expressar seus desejos em relação à cidade e trabalhar no desenvolvimento de suas ideias para concretizar esses desejos.

Nos Estados Unidos, particularmente em Nova Iorque, o Departamento de Transportes da cidade (DOT), criou o programa DOT Art, que se baseia no desenvolvimento do urbanismo tático. Com a finalidade de incluir as crianças e jovens, foram criadas parcerias com escolas da cidade, dando aos estudantes a possibilidade de participarem como voluntários no programa e intervirem em sua cidade.

No Brasil, este tipo de iniciativa poderia fazer com que crianças e jovens se interessassem em conhecer suas cidades e, assim, desenvolver uma relação mais próxima com os espaços públicos, o que permitiria enfrentar a falta de conexão emocional entre habitantes e cidade. Além disso, essa aproximação entre crianças e espaços públicos destacaria a importância destes na qualidade de vida da população.”

2.4 | ESTUDO DE CASO

- A aproximação do arquiteto com a sociedade e seu papel em problemas urbanos e sociais – Chile. Arquiteto Alejandro Aravena.

Figura 12: Quinta Monroy Housing.



FONTE: Archdaily, maio 2017.

Localizado Sold Pedro Prado, Iquique, Tarapacá, Chile. Design Team: Alejandro Aravena, Alfonso Montero, Tomás Cortese, Emilio de la Cerda. Com uma área de 5000.0 m². O projeto foi efetuado no ano 2003.

Segundo Tom Pritzker, presidente da Fundação Hyatt, que patrocina o prêmio, "Aravena foi pioneiro em uma prática colaborativa que produz obras poderosas de arquitetura e também aborda os principais desafios do século 21. Seu trabalho construído dá oportunidade econômica para os mais necessitados, atenua os efeitos dos desastres naturais, reduz o consumo de energia e fornece um espaço público acolhedor. Inovador e inspirador, ele mostra como a arquitetura pode melhorar a vida das pessoas".

Segundo, Arquitetos Alejandro Aravena, ELEMENTA:

"Qual é o nosso ponto?"

"Propusemos deixar de pensar o problema da habitação como um gasto e começar a ver-lo como investimento social". Trata-se de garantir que a habitação subsidiada, que recebem as famílias, valorize-se a cada dia que passa. Todos nós

quando compramos uma residência esperamos que esta se valorize com o tempo; sendo os bens imobiliários quase que sinônimo de um investimento seguro. No entanto, neste momento, a habitação social, em uma porcentagem inaceitavelmente alta, é mais equivalente a comprar um carro do que uma casa; cada dia que passa, as moradias valem menos.

E isto é muito importante corrigir, porque, a uma escala nacional, gastaremos 10 bilhões de dólares nos próximos 20 anos (se projetarmos de acordo com a premissa do atual Ministério de Habitação). Mas, quanto a uma família pobre, é chave entender que a habitação subsidiada será, de longe, a ajuda mais importante que receberão uma única vez na vida, por parte do Estado; e é justamente esse subsídio o qual deveria transformar-se em capital, e a habitação, em um meio que permita às famílias superar a pobreza e não somente proteger-se das intempéries.” (Archdaily, julho 2017).

- HIS Cambuci (TFG), 02/07/2015. Autor: Renato Silva.

Figura 13: Habitação de Interesse Social - Cambuci, SP.



FONTE: Marcelo Barra, maio 2017.

A proposta do projeto será criar um conjunto de Habitações de Interesse Social no Bairro Cambuci, em Zona de Uso específica (ZEIS -3) com desafio de requalificar a área proposta com calçadas acessíveis, aumento de área verde e áreas de convívio não só para os futuros moradores, mas sim para toda a comunidade do entorno do lote. Os acessos para o lote, a demarcação dos espaços, tanto livres quanto ocupados pelas torres, a quadra ocupada e a definição da concepção da forma dos blocos residenciais são os referenciais para o projeto proposto. (Renato Silva, julho 2015).

Figura 14: BOULEVARD PAULO ZIMMER: MAIS UMA GENTILEZA WOA



FONTE: Blog Woa

WOA Empreendimentos Imobiliários está transformando a Servidão Paulo Zimmer em um elegante Boulevard. O projeto será entregue em maio à comunidade.

A rua receberá uma nova pavimentação, iluminação diferenciada — com a transformação do cabeamento aéreo para subterrâneo e a introdução de postes modernos de alta tecnologia —, ciclo faixa e canteiros com árvores. Tudo para que a população de Florianópolis possa transitar com mais facilidade, segurança e conforto pelo local.

Para que a realização desse projeto fosse possível, a WOA doou parte de seu terreno para o alargamento viário. “Cedemos parte do nosso terreno para que fosse possível transformar essa servidão em Boulevard. A caixa de rolamento agora terá seis metros de largura, com duas pistas, amplas calçadas”. O Boulevard Paulo Zimmer foi inaugurado no dia 17 de maio 2017. (Walter Silva Koerich, diretor da WOA).

Planejamento Urbano - II

Os municípios carecem de profissionais técnicos e de um organismo que normalmente são institutos que pensem e planejem, que realizem diagnósticos, análises e prospecções para o futuro.

As cidades são locais de encontros. As cidades precisam ser pensadas sob a ótica de reduzir as desigualdades, de preservar as identidades e as diferenças; de garantir a mobilidade das pessoas, a inclusão social e o desenvolvimento humano e cultural; o direito ao trabalho e ao lazer. As cidades precisam propiciar o encontro das diferenças.

Nesta ótica, uma cidade deve ter o seu planejamento evitando a velha divisão centro-periferia, aonde a especulação imobiliária vai expulsando as pessoas de menor renda, para as áreas de menor valorização patrimonial. Assim, as áreas especiais de interesse social (AEIS) podem garantir a “boa mistura”.

Nesta ótica, o blog publicou, como exemplo, alguns dos 19 projetos dos alunos, no curso de Arquitetura e Urbanismo do IFF. Eles reforçam a potencialidade aqui registrada e para o qual se insiste na abertura de espaços. (Blog do Roberto Morais).

Figura 15: Proposta de Revitalização intervenção urbana na Lagoa do Vigário em Guarus. De autoria de Cleide Paes Barreto – Melaine Sarzi;



FONTE: Blog do Roberto Moraes

Figura 16: Proposta de um Parque Urbano em Quissamã. Autor: Danilo Silva Chagas; Orientador: Fabrício Barbosa Freitas.



FONTE: Blog do Roberto Moraes

2.5 | PAISAGEM NATURAL

Paisagem natural é definida por aquela parte do território que está quase praticamente foi modificada pela ação do homem. Embora este conceito também seja empregado com recorrência para referir às áreas de proteção especial, está legislado por um órgão competente como resultado de especial interesse por si só.

A Paisagem se torna um dos primeiros e principais elementos de apropriação e produção no espaço, que vai acabar se dividindo por diferentes tipos usos. Destacamos a valorização na cidade com os aspectos referente à paisagem natural, o valor atribuído a terra será definido diferencialmente pela sua localização. A paisagem natural também pode sofrer alteração aos longos dos anos. No entanto, essa mudança ocorre por fatores naturais, ou seja, a erosão, o clima, a ação dos ventos, da chuva.

No contexto Geográfico, por isso a paisagem é aparente ao real, é nesse sentido que ela deve ser entendida como uma manifestação perceptível das contradições nos processos sócio espaciais no urbano. É nas contradições existentes no espaço que surge a segregação, ou seja, a separação de classes em um mesmo ambiente territorial da cidade. Vemos isso pelo próprio padrão arquitetônico das cidades, que segrega pessoas, separa classes e expulsa quem não possui renda, logo o relacionamento do indivíduo no urbano repousa em uma hierarquia social. A localização ganhará uma dimensão social e simbolizará o status econômico de um indivíduo.

Villaça (1998) retrata que a segregação é produzida pelas classes dominantes, e por meio da qual exerce sua dominação através do urbano. É por isso que os processos de segregação tendem a ser mais claros e acentuados quanto mais profundas as desigualdades sociais existentes nas cidades. Assim abordando a segregação e suas consequências no espaço, concordamos com Melazzo (2001), quando ele refere a ideia de que a dimensão processual da segregação indica que o espaço e relações sociais não se reduzem um ao outro, mas se interagem e se condicionam mutuamente.

Vale ressaltar que a zona urbana e a zona rural, são conceitos utilizados na geografia para diferenciar dois tipos de espaços geográficos. Contudo, no caso da cidade de Bom Jardim da Serra, essas duas zonas não tem muita distinção ou delimitação, pois a cidade esta localizada num meio natural, de tal modo que a zona rural também chamada de campo faz parte do meio urbano.

Porém as infraestruturas se diferem do urbano, pois não são encontradas no campo: ruas e avenidas asfaltadas, indústrias, hospitais, comércios, abastecimento de água tratada, sistemas de esgoto, iluminação pública, dentre outros.

Por fim, um fator importante que ressaltamos é que uma depende da outra, ou seja, as zona urbana adquirem produtos da zona rural. Por sua vez, a zona rural adquire produtos e serviços oferecidos pela zona urbana.

3.1 | HISTÓRICO

O Município de Bom Jardim da Serra foi criado em 29 de janeiro de 1967, ocorrendo sua instalação oficial em 05 de março do mesmo ano, sendo nomeado para Prefeito o Sr. Venâncio Borges de Carvalho (BOM JARDIM DA SERRA, 2014). O povoado da região onde hoje é o município de Bom Jardim da Serra iniciou-se com a vinda de algumas famílias do Rio Grande do Sul, em 1870. Estas famílias abriram uma trilha na Serra Geral para possibilitar a passagem de pedestres e cavaleiros com suas a fim de realizarem a troca de mercadorias no litoral, mais precisamente no município de Laguna (BITTENCURT, 1990). Esta trilha foi denominada “Serra do Doze”, passando posteriormente a chamar-se “Serra do Rio do Rastro”. O povoado foi fundado em 1905, no mesmo ano foi construída uma escola, tendo como primeiro professor, Adolfo José Martins (CARVALO; FILHO, 1992). Já no ano de 1921, passou-se a chamar-se de Vila Bom Jardim, permanecendo com esta denominação até o ano de 1933. No ano de 1945 o então distrito de Bom Jardim foi renomeado e contemplado com o nome de distrito de Cambajuvas, o que perdurou até 1949.

De acordo com os dados históricos da prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, em setembro de 1949 Cambajuvas passou a ser chamado de Bom Jardim da Serra, nome originado pelas belezas naturais do Município. Os moradores a denominavam de grande jardim, sendo que sua proximidade da Cordilheira da Serra Geral, de apenas 12 quilômetros, motivou a associação deste jardim com a serra, formando o então nome de Bom Jardim da Serra. O ponto forte do desenvolvimento socioeconômico da prática da pecuária e encontrou expressão no decorrer dos anos pela exploração das inúmeras florestas de araucárias, concedendo início ao ciclo da madeira, que logo se tornou a força motriz de sua economia, configurando-se, também, num fenômeno incentivador dos fluxos migratórios com destino à região (CARVALHO, FILHO, 1992). Nos escritos de Carvalho e Filho (1992) destaca-se o ciclo da madeira, que se iniciou em 1949 atraindo inúmeras empresas, uma das empresas da Cidade, a qual obteve destaque na região foi a Gaúcha Madeireira vinda do Rio Grande do Sul. Com intuito de abastecer o crescente mercado consumidor, todavia, a falta de conhecimento sobre o setor impulsionou proprietários de araucárias a vendê-las por valores irrisórios. Com o ciclo da madeira, houve num curto espaço de tempo a exploração intensa de pinheiros, gerando um expressivo adicional de

empregos, que atraiu pessoas de diversas etnias a fixarem residência no município, causando, também, a estabilização de comerciantes dos mais variados setores, gerando, conseqüentemente, o aumento na arrecadação e na economia do município (CARVALHO; FILHO, 1992). No decorrer do tempo, a vasta exploração da Floresta Ombrófila Mista ocasionou a gradativa queda do setor madeireiro, de modo que lentamente houve a evasão de suas atividades da região. Os recursos financeiros dos proprietários que venderam suas araucárias, não foram convertidos em investimentos no município. A saída de tais empresas provocou então uma decadência na economia, deixando para trás um rastro de impactos ambientais e socioeconômicos.

Um dos terrenos que hoje deu origem ao denominado Conjunto Habitacional Derly Borges de Carvalho, foi comprado pela prefeitura do município de Bom Jardim da Serra, pelo então prefeito da época Antônio Carlos do Amaral Velho, onde delimitou o terreno, e construiu algumas casas para moradores de baixa renda da cidade. Fazendo assim ao longo de seu mandato acordos para que por um valor simbólicos qualquer cidadão conseguisse obter moradia. (Antônio Carlos de Arruda Velho, 2017).

Figura 17: Bom Jardim da Serra



FONTE: São Joaquim Online, 2016.

3.2 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

O município de Bom Jardim da Serra está localizado no planalto Catarinense, na região denominada de Serra do Rio do Rastro, integrada a Serra Geral que corta a porção central do Estado de Santa Catarina (Bom Jardim da Serra, 2014). Sua posição geográfica situa-se à 28° 20' 13" de Latitude Sul, e 49° 37' 29" de Longitude Oeste, com altitude média de 1.245 metros (IBGE, 2010).

Bom Jardim da Serra está a 120 km de Lages, principal polo econômico regional, e a 230 km de Florianópolis, capital do Estado, limitando-se com os seguintes municípios: ao Norte com Urubici, ao Nordeste com Orleans, à Leste com Lauro Muller, a Sudeste com Siderópolis, ao Sul e Sudoeste com São José dos Ausentes (RS) e a Oeste e Noroeste com São Joaquim (Bom Jardim da Serra, 2014).

Figura 18: Localização Brasil



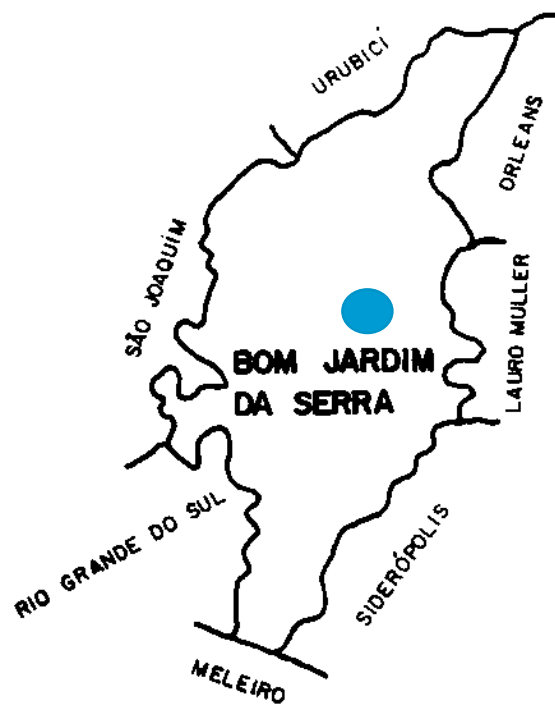
FONTE: GOOGLE, 2017.

Figura 19: Localização Santa Catarina



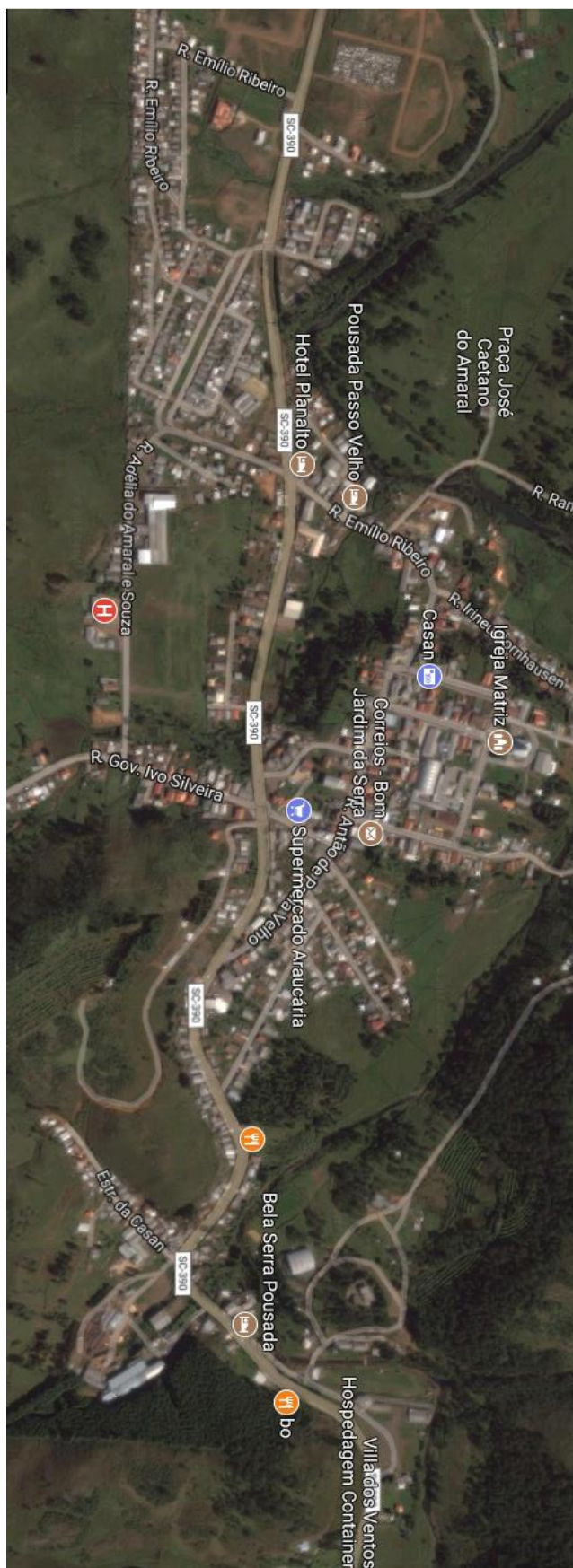
FONTE: GOOGLE, 2017.

Figura 20: Localização Bom Jardim Da Serra



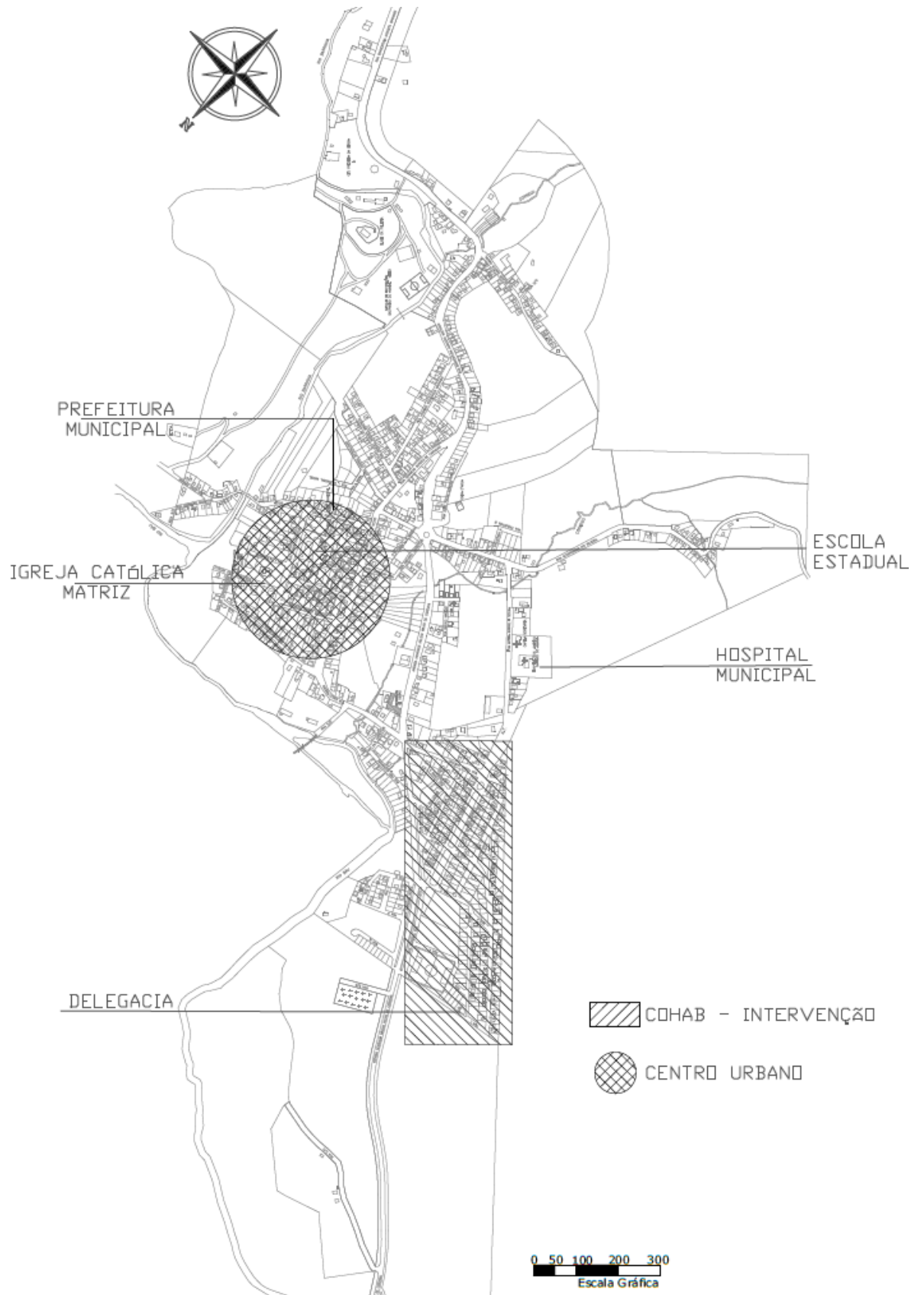
FONTE: LIVRO BOM JARDIM DA SERRA, 1989.

Figura 22: Vista de cima da cidade de Bom Jardim da Serra



FONTE: Google Maps, 2017

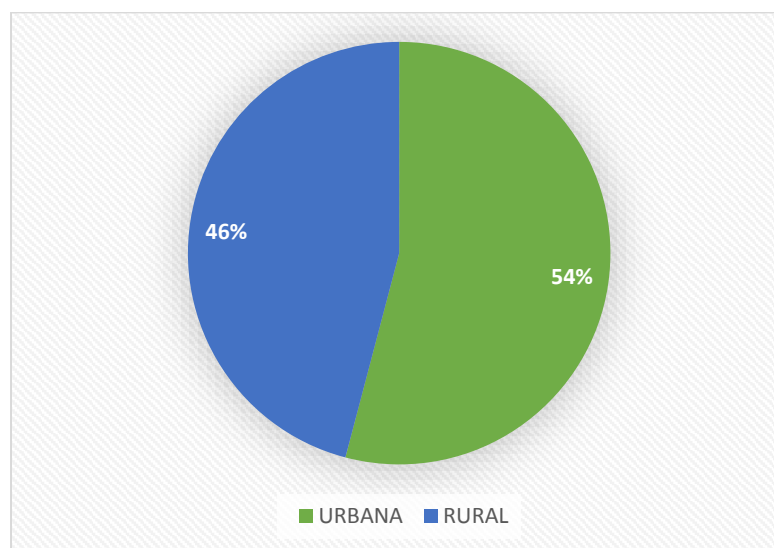
Figura 23: MAPA LOCALIZAÇÃO



FONTE: Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

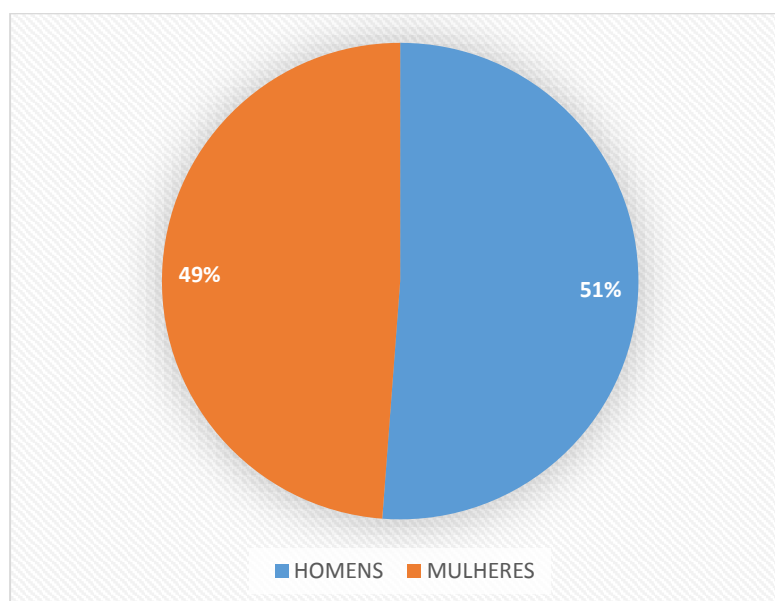
Ainda com ênfase em suas questões naturais, Bom Jardim da Serra, por localizar-se nos flancos da Serra Geral, é um divisor d'água, pois em seu território formam-se a bacia hidrográfica do Oceano Atlântico, de natureza exorréica, e com rios menores, e, também, a bacia hidrográfica do interior, com rios maiores que drenam para oeste, formando a bacia hidrográfica do rio Pelotas, com área de drenagem de 7.268 km² (SDM/SDRA, 1997), a qual pertence à bacia do rio Uruguai.

Gráfico 01: Participação relativa da população residente situação do domicílio, em Bom Jardim da Serra.



Fonte: IBGE, 2007

Gráfico 02: Participação relativa da população residente por sexo, em Bom Jardim da Serra.



Fonte: IBGE, 2007.

Tabela 01: Índice do Município de Bom Jardim da Serra – 2016 IDMS

■ Baixo 0,000 a 0,499 ■ Médio Baixo 0,500 a 0,624 ■ Médio 0,625 a 0,749 ■ Médio Alto 0,750 a 0,874 ■ Alto 0,875 a 1,000		
Habitação		0,688 ■
		Valor Índice
Estrutura de Gestão para Políticas Habitacionais		0,667 ■
Conselho Municipal de Habitação (Fonte = SNHIS – Min. Cidades, Ano de Referência = 2016)	1,00	1,000 ■
<small>Unidade: un Min: 0,000 Max: 1,000</small>		
Fundo Municipal de Habitação (Fonte = SNHIS - Min. Cidades, Ano de Referência = 2016)	1,00	1,000 ■
<small>Unidade: un Min: 0,000 Max: 1,000</small>		
Plano Municipal de Habitação (Fonte = SNHIS – Min. Cidades, Ano de Referência = 2016)	0,00	0,000 ■
<small>Unidade: un Min: 0,000 Max: 1,000</small>		
Qualidade Habitacional		0,708 ■
Densidade Excessiva de Moradores por Dormitórios (Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010)	5,64	0,831 ■
<small>Unidade: % Min: 33,400 Max: 0,000</small>		
Domicílios com banheiro de uso exclusivo (Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010)	98,41	0,936 ■
<small>Unidade: % Min: 75,040 Max: 100,000</small>		
Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora (Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010)	95,64	0,357 ■
<small>Unidade: % Min: 93,220 Max: 100,000</small>		

Fonte: IDMS, 2017

Evidenciando as belezas naturais do território e por ter um grande polo turístico tendo a Serra do Rio do Rastro como um dos maiores cartões postais da cidade:

Figura 24: Serra do Rio do Rastro



FONTE: Serra Catarinense, junho 2017.

3.3.1 CONJUNTO HABITACIONAL DERLY BORGES DE CARVALHO

A principal rodovia de Bom Jardim da Serra é a SC-390 (antiga SC-438), a qual está terminantemente ligada à localização do Bairro COHAB (Conjunto Habitacional). A rodovia liga a cidade até Lauro Muller (sentido leste) e São Joaquim (ao oeste). No sentido leste encontra-se o Mirante da Serra do Rio do Rastro, ligando ao litoral do estado catarinense.

3.3.2 DADOS LEGAIS

Atividade Primária (CNAE): ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

Nome Fantasia: BAIRRO DERLY BORGES DE CARVALHO

Setor: SERVIÇOS DOMÉSTICOS E PESSOAIS

CNPJ: 05.569.382/0001-92

Fundação: 07/10/2002

Localização: BOM JARDIM DA SERRA - SC

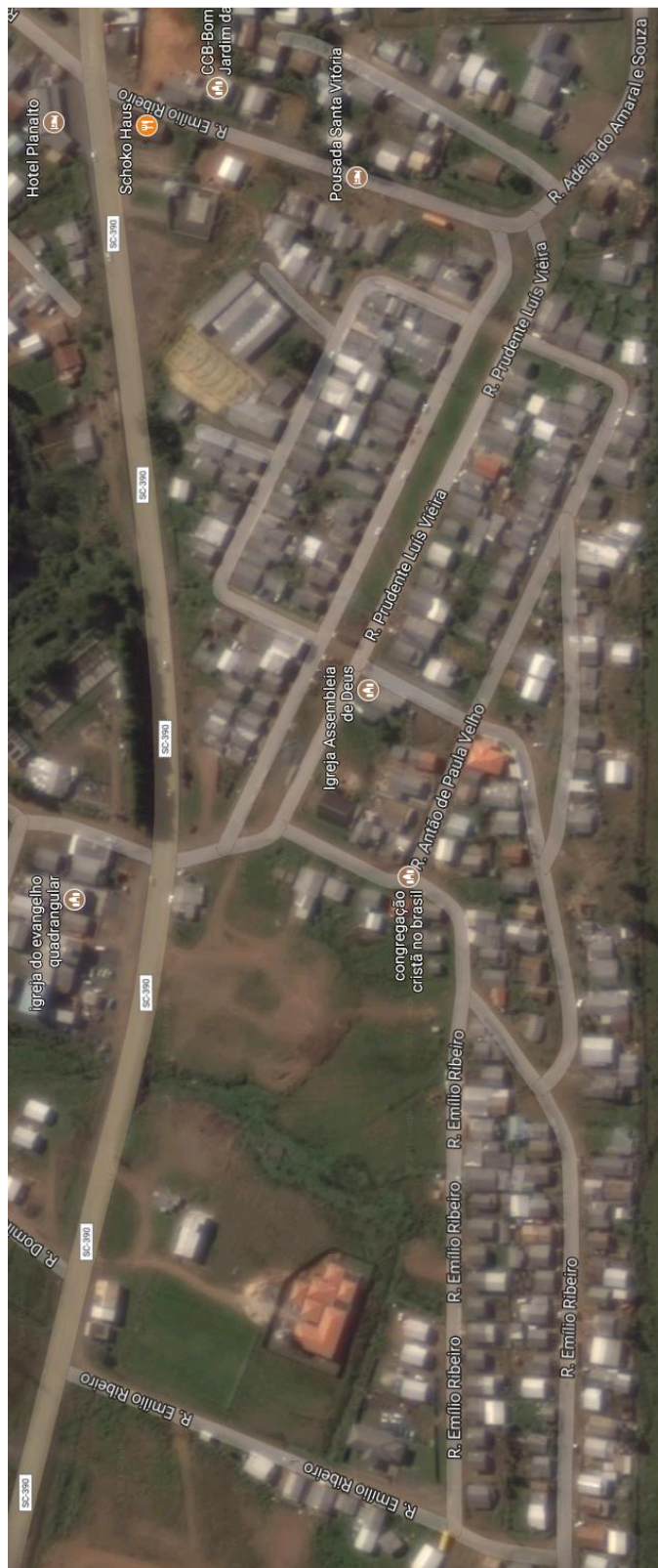
Endereço: R GERAL, S/N, SEDE.

CEP: 88.640-00

A ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO CONJUNTO HABITACIONAL DERLY BORGES DE CARVALHO é um (a) Associação Privada.

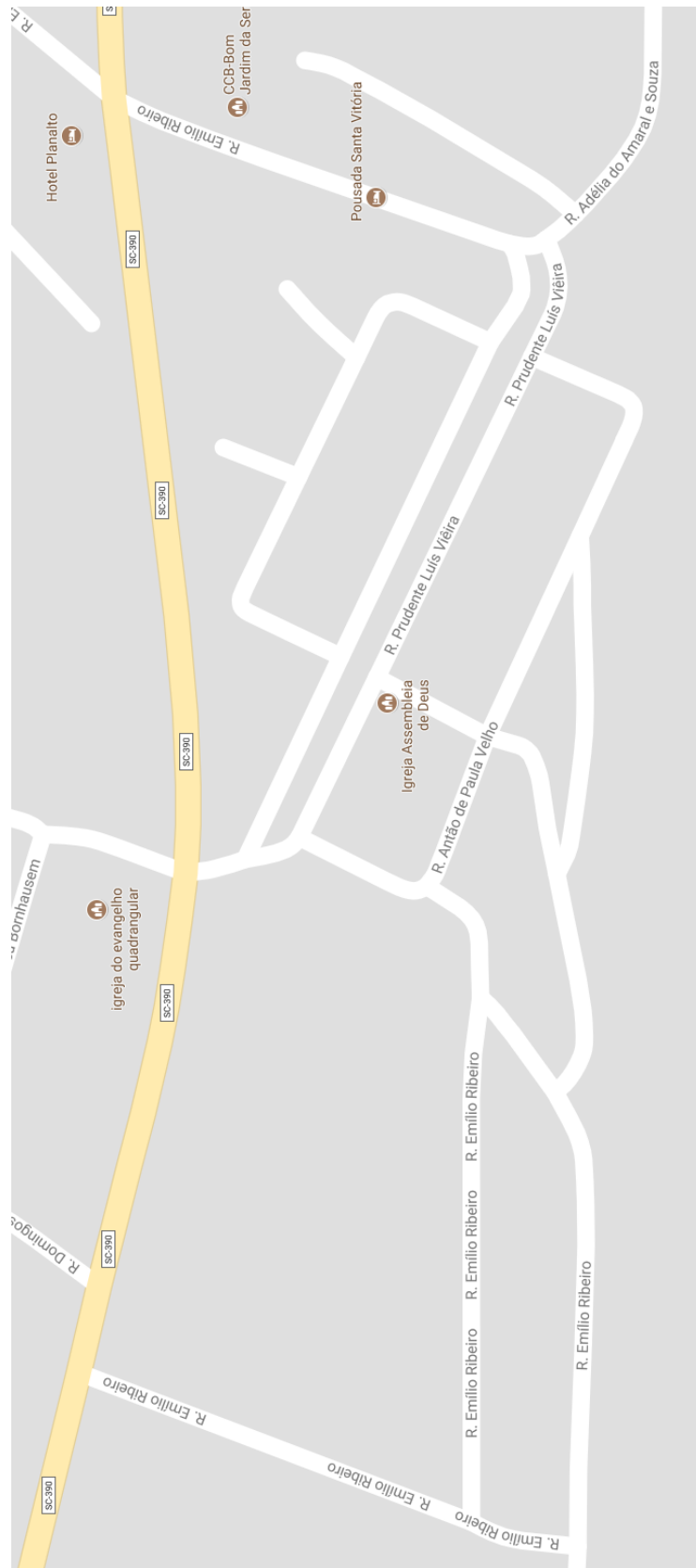
Sua atividade principal é Atividades De Associações De Defesa De Direitos Sociais. (ECONODATA, 2016).

Figura 25: Vista de cima da COHAB



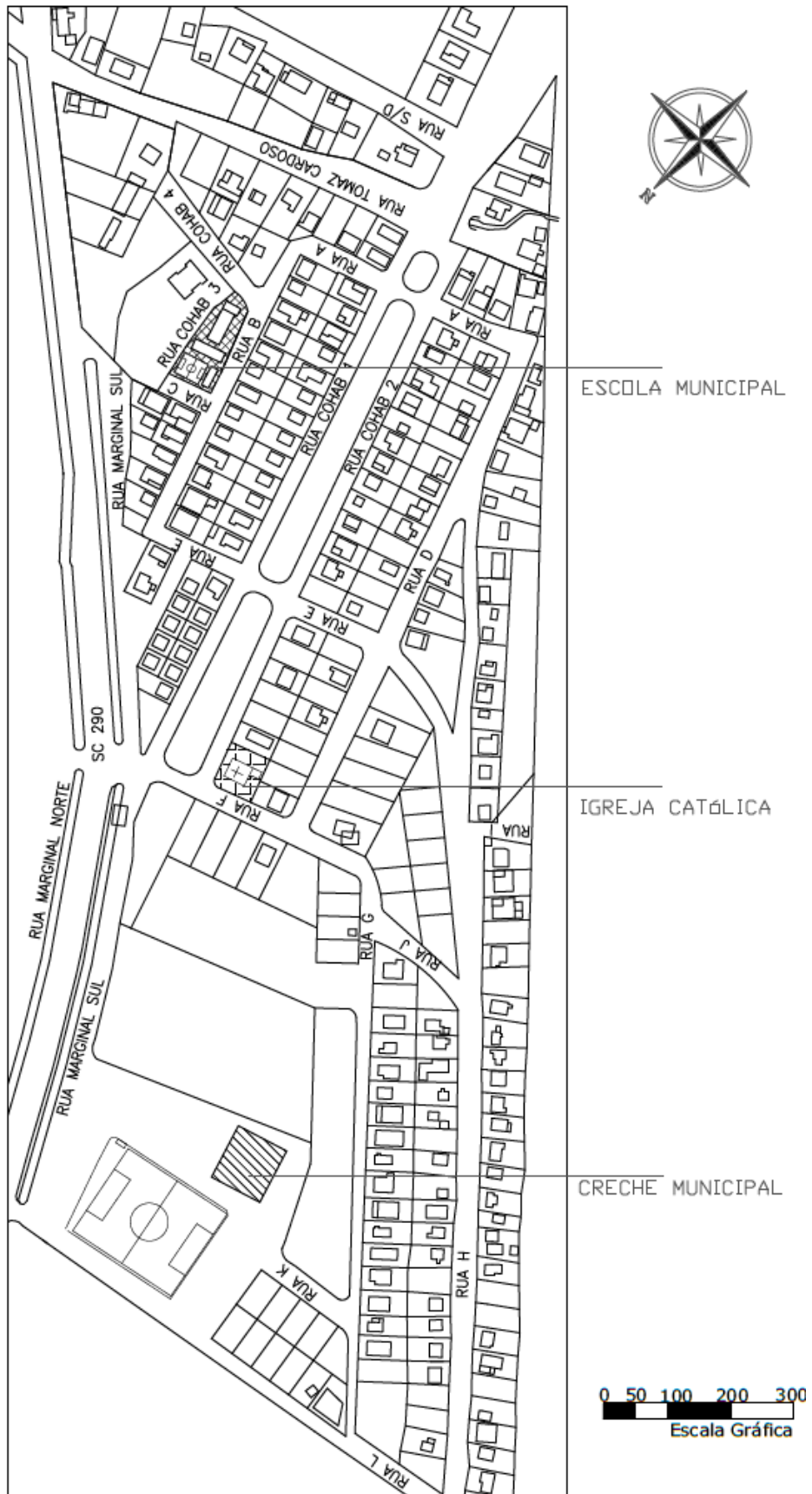
FONTE: GOOGLE MAPS, 2017

Figura 26: Dados do Mapa



FONTE: GOOGLE MAPS, 2017

Figura 27: MAPA ORIGINAL



FONTE: Prefeitura Municipal Bom Jardim da Serra

Com documentação retirada da Prefeitura do Municipal de Bom Jardim da Serra, de acordo com a Matrícula 5539 em 14 de março de 1986:

Identificação do Imóvel: uma área de forma irregular, que mede (153.351,67m²) situa-se no perímetro urbano da Cidade de Bom Jardim da Serra – SC, confrontando: ao sul com (607,00m²) com Américo Caetano do Amaral; ao oeste com (447,71m²) com terras da firma Gaúcha Madeireira S/A (hoje em andamento, está sendo construído um condomínio); ao norte com (373,06m²) em linha quebrada em 07 lances, com (249,60m²), em linha quebrada com 04 lances, com terras COHAB/SC e rua projetada.

Proprietária do Imóvel: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – COHAB – sociedade de economia mista, inscrita no CGC/MF sob nº 83.883.710/00001-34, com sede e foro no município e comarca de Florianópolis – SC.

Registro de Imóvel: Registrado no ofício nº R-1-4674 – fls 075 do livro 2 – z por Flávio Rodrigues Martins, Cartório de Registros de Imóveis.

Figura 28: MAPA ATUALIZADO/SITUAÇÃO ATUAL



FONTE: Autora

Logo, pode-se analisar o espaço e os moradores, chegasse à conclusão que o conceito moradia ideal, vai muito além de uma casa confortável, pois, não se precisa de apenas um lar para se viver, mas sim abrangendo também educação, saúde, lazer, trabalho. Claro que tudo isso não estará em apenas um só lugar ou bairro, mas buscase a aproximação dessa realidade para o meio.

Entretanto, hoje a COHAB evidencia sua má qualidade de infraestrutura, as casas de madeira se encontram em condições degradáveis, algumas ocupam área de risco e, outras por si só já trazem risco aos moradores, que sem nenhuma perspectiva de vida e/ou preocupação do órgão público, acabam ficando sem saída para esses problemas.

Figura 29: DISTINÇÃO DE CASAS EXISTENTES



FONTE: Autora

Fluxos são dificultados. Não há conexões claras de zoneamentos ou visuais no bairro.



Figura 30: Foto: Ausência de calçadas e pavimentação nas vias.

FONTE: Autora

Falta de regramento nas construções. Limitações financeiras e ausência de projetos, não permitem unidade e coerência. Foto: Casa com anexo



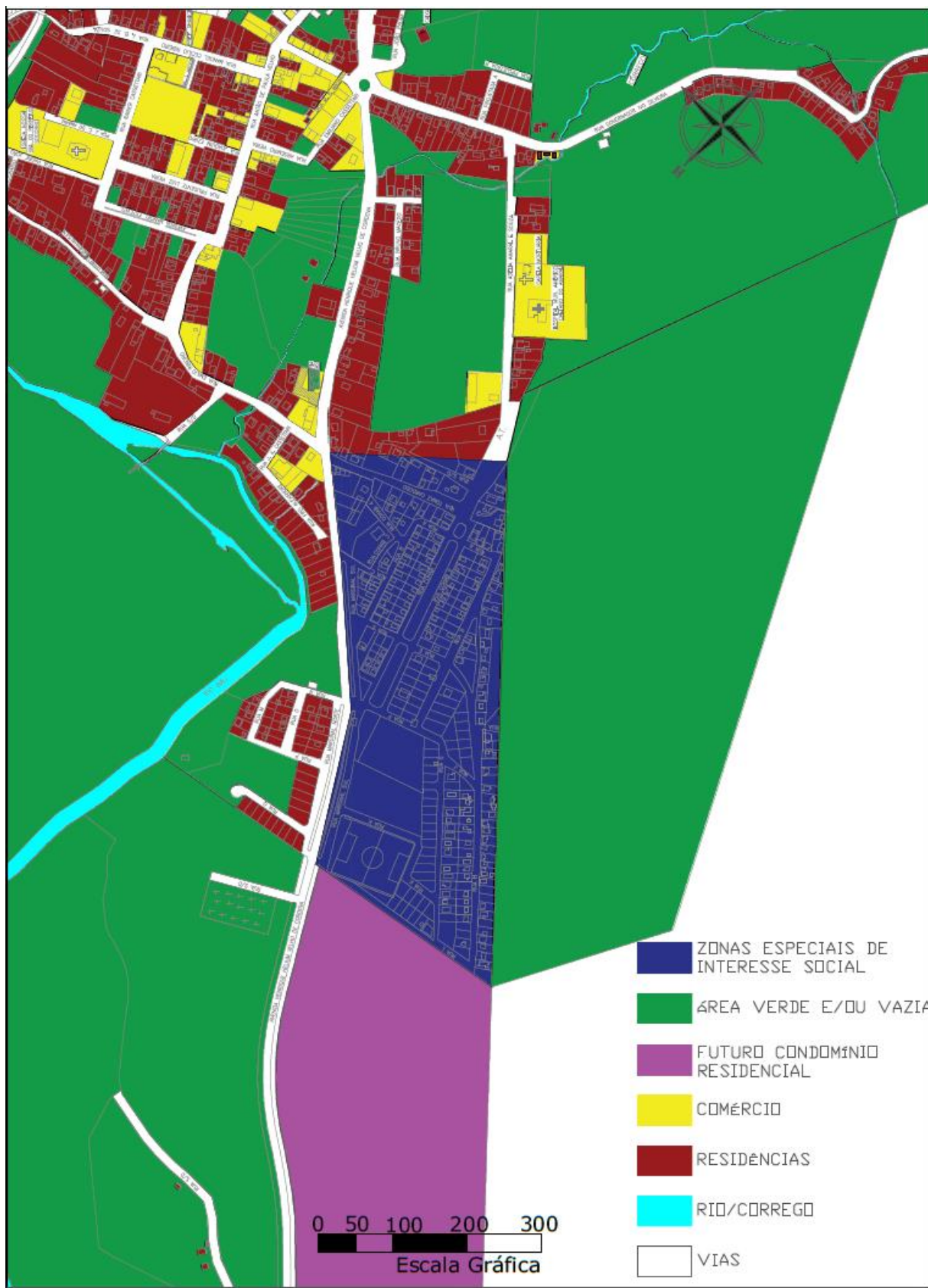
Figura 31: Foto: Casa com anexo

FONTE: Autora

3.3 MAPA DE USO

A renovação do bairro na cidade, com variedade de usos e diversidade social. Como proposta a renovação de moradias, o qual destinado à habitação social. As categorias de uso do solo serão mais ou menos específicas da diferenciação entre usos urbanos.

Figura 32: MAPA DE USOS



FONTE: Autora

Uma vez definida a área a ser reurbanizada, a intenção é mostrar o que quer fazer na área determinando primeiramente os usos: residências, equipamentos de educação, esportivos, comércio, etc.

4.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

1- Parque Central
Pista de Caminhada
Boulevard
Regularização das caixas viárias

2- Parque
Playground
Quadra Poliesportiva
Área Verde

3- Habitações

4- Comércio

5- Serviços

6- Geral
Via Pavimentada
Calçadas
Paisagismo
Iluminação Pública

4.2 ZONEAMENTO

Evidentemente, a proposta de intervenção deverá adequar-se ao zoneamento existente. Assim, passa a ser um instrumento especialmente interessante para intervir em áreas com ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Sociais já demarcadas, pois a obrigatoriedade de produzir habitações sociais continuará a valer no projeto proposto.

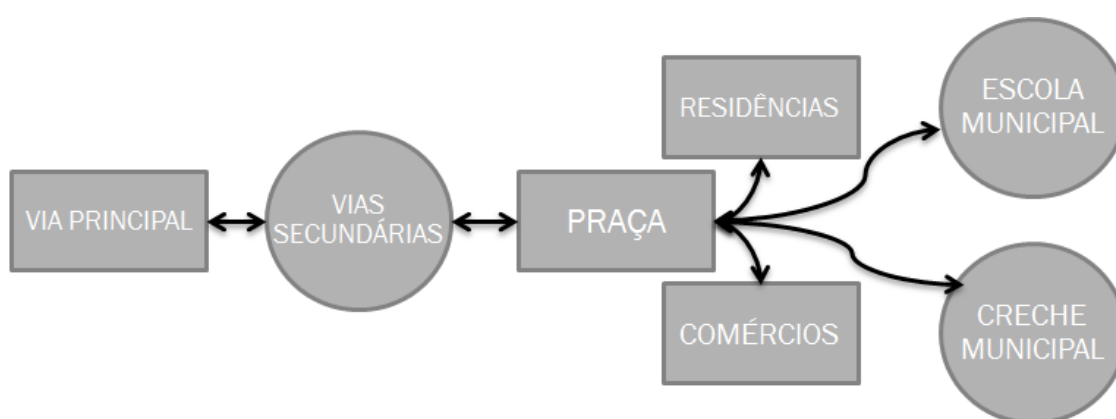
De acordo com um referencial teórico, determina então os usos desejados, a presença de equipamentos públicos, e assim por diante. Eventualmente, pode realizar chamamentos públicos para a elaboração de projetos, dentro das diretrizes que tiver estabelecido. O que é importante é que, pelo decreto, todas essas ações devem ser realizadas respeitando processos participativos que envolvam os usuários da área. Mesmo no caso de uma manifestação de interesse, estas diretrizes, inclusive as de participação, devem ser respeitadas.

Outro aprimoramento possível é o de que o projeto, uma vez implantado, seja aprovado e tornado público por algum tempo, para conhecimento da população, antes de seu início, intensificando a apropriação participativa já exigida pela Intervenção.

4.2.1 ORGANOGRAMA/FLUXOGRAMA

Com essa possibilidade na mão, os Projetos de Intervenção Urbana, ou PIU, lançados no Plano Diretor (que no caso Bom Jardim da Serra onde está localizado o Conjunto Habitacional Derly Borges de Carvalho, não tem um Plano Diretor a ser seguido) e então nesse primeiro momento os regulamentados propostos aos projetos passam pela Prefeitura, sem muitas regras, ganham uma pequena dimensão: tornam-se efetivamente instrumentos de controle “mínimo” sobre a transformação do espaço urbano.

Figura 34: Organograma



Fonte: Autora

4.3 PROJETO/PROPOSTA

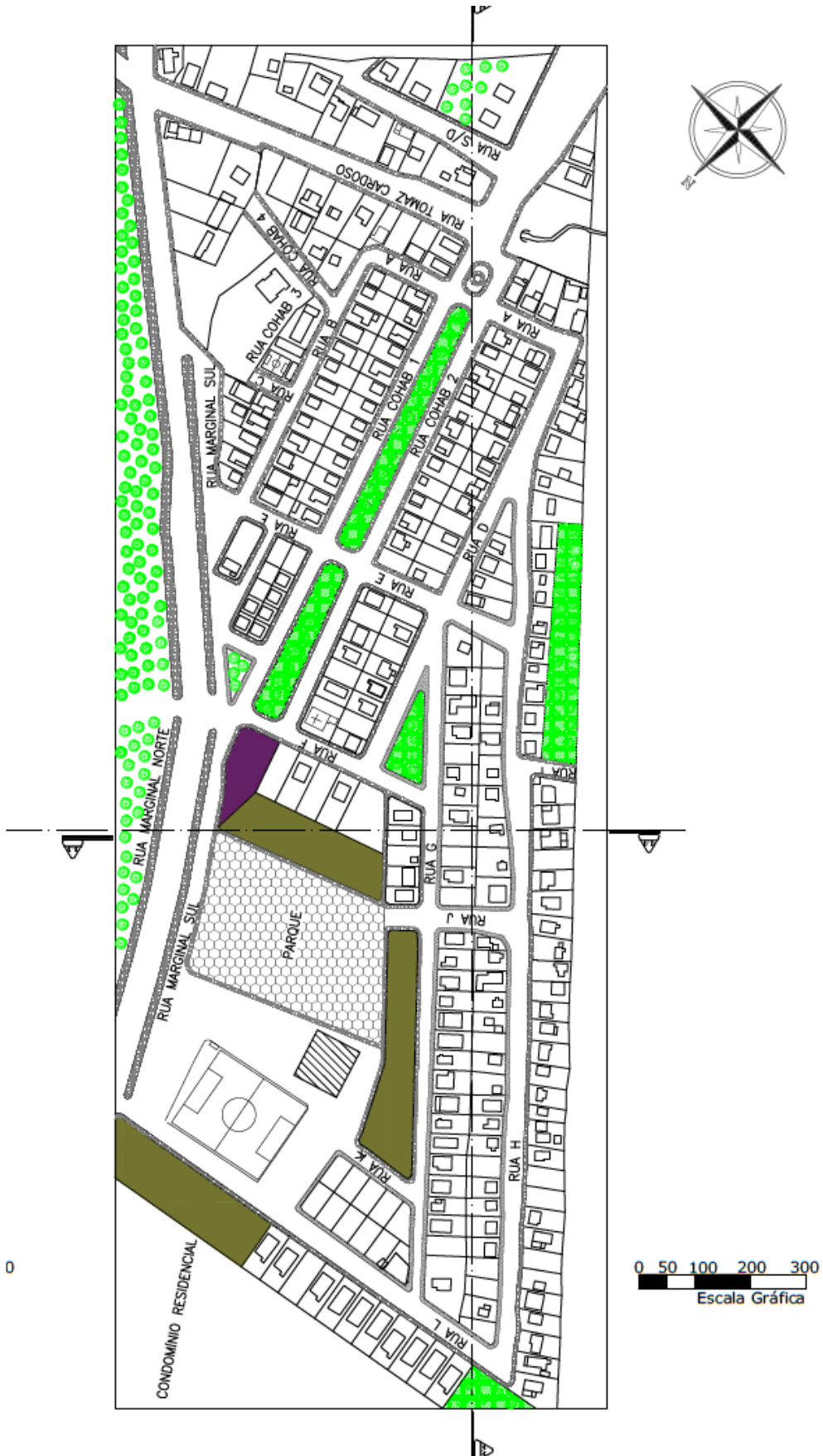
DIRETRIZES URBANAS

Após análise dos Diagnósticos podemos propor como Diretrizes Urbanas os seguintes pontos:

- 1 - O Recuo mínimo obrigatório de 2,00m para construção de edificações na face do terreno.
- 2 - Uma melhoria da coleta de lixo no bairro, incluindo coleta de lixo seletivo e a distribuição de caçambas para o descarte adequado dos lixos recicláveis. Além de palestras e folhetos para a conscientização da população quanto à coleta seletiva.
- 3 - Resolução dos problemas de micro acessibilidade de acordo com as normas de acessibilidade ABNT NBR 9050.
- 4- Atribuição de nova função para o canteiro central conhecida, reintegrando esta área que hoje é utilizada como estacionamento dos moradores, tornando uma pista de caminhada e integração.

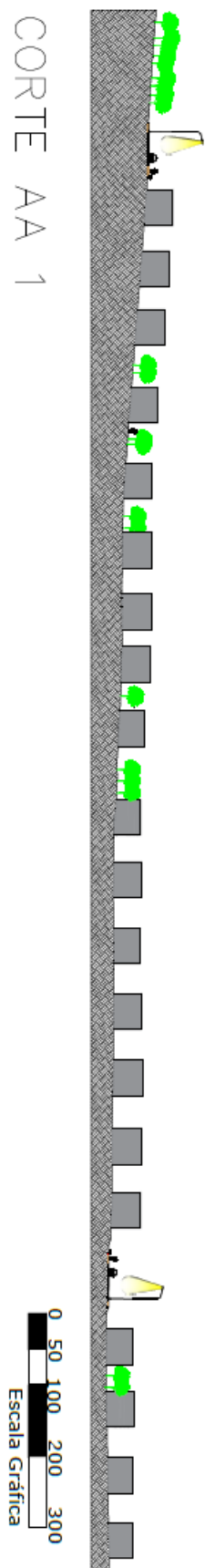
Com base nas informações urbanísticas apresentadas, visitas técnica para uma melhor depreensão do que já foi construído e experiências pós-ocupação, apresento projeto intervenção e requalificação da área a fim de priorizar a valorização.

Figura 35: MAPA PROPOSTA



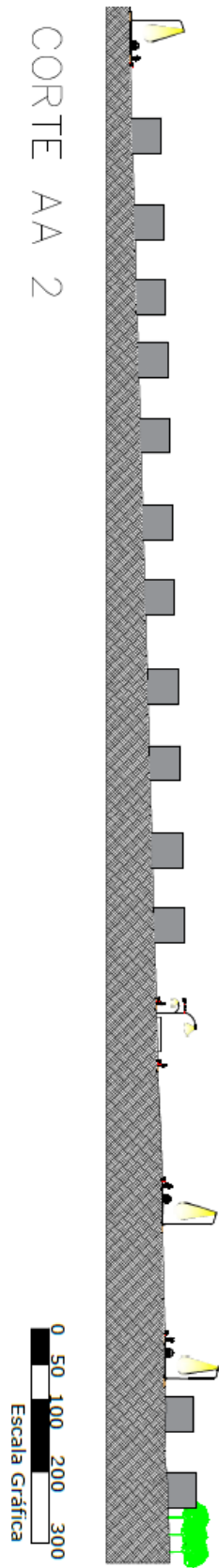
FONTE: Autora

Figura 36: CORTE AA 1



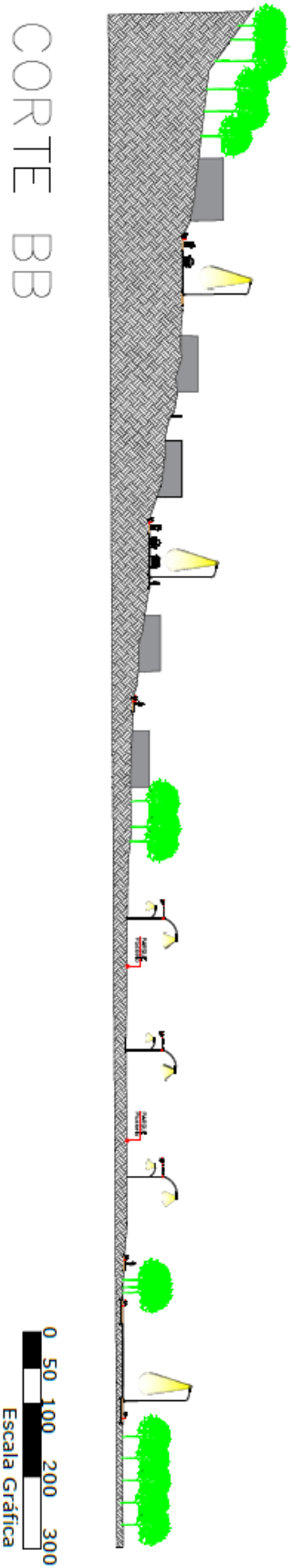
FONTE: Autora

Figura 37: CORTE AA 2.



FONTE: Autora

Figura 38: CORTE BB



FONTE: Autora

Projetado e definido, então se busca obras de infraestrutura, e abre-se um chamamento público para os interessados em desenvolver as construções em questão. Dependendo do uso podem ser empresas públicas de habitação, ministérios afins (saúde, esportes, educação). Com uma ou outra variação, esse é o modelo usado, investindo em moradia social para o bairro e dando continuidade no seu uso, só que com mais atenção aos moradores ali já residem. Ainda assim, ser suficiente para alavancar a recuperação de áreas inteiras degradadas, como é comum encontrar.

E o primeiro passo para essa mudança, é aproximar essas famílias que ali constituem o Conjunto Habitacional, trabalhando com o objetivo de unidade de todos os moradores para isso será implantado um parque linear, com pistas de caminhada, vias pavimentadas, serão implantados equipamentos de lazer, onde, serão escolhidas e pensadas em função da valorização dos moradores, as habitações que foram removidas de área de risco integrarão ao parque, obtendo novas casas.

Fazendo que tudo isso seja valorizado como espaço do dia-a-dia de cada habitante, além de ter sido pensado em soluções mais eficazes e tendo o mínimo impacto para com o meio ambiente.

Acredito que ainda possam ser colocadas, além da obrigação de dar moradia à população mais pobre, oferece garantia no projeto de que elas tenham o direito de permanecer onde já mora (um instrumento que dê tal garantia, aliás, será muito importante quando ocorrer, em um futuro próximo).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas realizadas acredita-se que as decisões que definiram o Partido Geral parecem adequadas aos problemas levantados. Com essa possibilidade de projeto demonstrada no estudo, o trabalho proporá o que se espera se transformar em instrumentos de controle mínimo para uma transformação e regulamentação futuras do espaço urbano do Bairro e Futuramente da cidade de Bom Jardim da Serra.

Toma-se então um exemplo, conforme se pode verificar na ideia apresentada: uma área deteriorada, onde é necessária a Intervenção em diferentes escalas, a fim de melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Promove-se dessa forma também a regularização arquitetônica em médio prazo.

Outra questão pensada para o projeto é a diversidade de usos. Dessa forma o trabalho não se limita ao pensar a habitação. Serão trabalhadas também, áreas, verdes, lazer, serviços e comércios. Assim o projeto vai ao encontro tanto de projetos pesquisados com bibliografia, como projetos contemporâneos premiados pela revitalização de áreas degradadas. A próxima etapa do trabalho consistirá no anteprojeto.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOM JARDIM DA SERRA, Disponível em: <http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br>. Acesso em: 3 maio. 2017. BRASIL. Lei nº 6.938/81

BRAVIN, Nilvam Jeronimo Ribeiro ARTIGO: “**O Espaço Urbano**”: **Da Construção e Valorização a Problemática Habitacional**. Guarapuava - PR, UNICENTRO, 2008.

BOULEVARD PAULO ZIMMER: MAIS UMA GENTILEZA WOA Acesso: julho 2017
<http://www.woa.com.br/blog/simphonia-woa-beiramar/a-woa-trabalha-em-mais-uma-gentileza-urbana-para-florianopolis/>

Blog do Roberto Moraes. **Planejamento Urbano – II**. Acesso Julho 2017.
<http://www.robertomoraes.com.br/2011/08/planejamento-urbano-ii.html>

BRASIL.Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 5 nov. 2004.86p.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHO, E. Z.; FILHO, R. G. **Bom Jardim da Serra**: um pouco de sua história. 1ª: Ed. Florianópolis, SC: Paralelo, 1992.

FERNANDES, S. A. S. Políticas Habitacionais em Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (org) **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL. 24.7 arquitetura design. Acesso em julho 2017
<https://teturaarqui.wordpress.com/2013/09/16/habitacao-de-interesse-social-sustentavel/>

IDMS – **Bom Jardim da Serra**. Disponível em:
<http://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2016/codMunicipio/39>. Acesso em: 31 maio, 2017.

Maps, GOOGLE acesso: maio 2017

<https://www.google.com.br/maps/place/Bom+Jardim+da+Serra+-+SC/@-28.3411146,-49.6321435,408m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9521b41c02e9f959:0x65633c1bc2e59789!8m2!3d-28.3403994!4d-49.6262464>

MARICATO, E. Problemas e Mitos na Luta Pela Moradia. In: **Travessia**. Revista do Migrante. Cidade e o Embate Pela Vida. Campinas: UNICAMP, 1988.

Ministério de Planejamento, **Orçamento e Gestão**. IBGE. Senso demográfico: Bom Jardim da Serra (SC) 2010. Disponível em: Acesso em: 20 maio. 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Secretaria Nacional de Habitação: Brasília, 05/11/2004. Acesso em: junho, 2017
<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>

ORANGE ARQUITETURA. Arq. Willy Bassi Disponível em:
<http://orangearquitectura.blogspot.com.br/> Acesso em: Julho 2017.

Via Plataforma Urbana. Tradução Arthur Stofella, ArchDaily Brasil. **Intervenção Urbana**. Acesso em: 29 de maio, 2017.
<http://www.archdaily.com.br/br/626195/intervencao-urbana-como-assunto-de-aula>

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.